

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v18i35.21894>

## UMA VOZ ULTRAMONTANA DA PARAHYBA DO NORTE: AS CORRESPONDÊNCIAS DO PADRE JOAQUIM VICTOR PEREIRA

**Wellington da Silva Gomes Mendes**

Universidade Estadual da Paraíba

[wellingtonsgm1@gmail.com](mailto:wellingtonsgm1@gmail.com)

### Resumo

O artigo discute as correspondências de Joaquim Victor Pereira (?-1881), padre ultramontano da Parahyba do Norte, ao jornal *O Apostolo*, do Rio de Janeiro. Com o objetivo de sublinhar, a partir de tal ilustração, que a província não permaneceu indiferente ao conflito episcopomacônico (1872-1875) que ocorria no país, bem como destacar o papel da imprensa como um importante veículo de voz, ou sua amplificação, a diversos grupos e indivíduos. Mediante, afinal, às contribuições metodológicas de Barros (2022), Luca (2008) e Zicman (2012), e de certo diálogo com a História Cultural das Religiões.

**Palavras-chave:** Ultramontanismo. Parahyba do Norte. Imprensa.

## AN ULTRAMONTANE VOICE FROM NORTHERN PARAHYBA: THE CORRESPONDENCES OF FATHER JOAQUIM VICTOR PEREIRA

### Abstract

The article discusses the correspondence of Joaquim Victor Pereira (?-1881), an ultramontane priest from Parahyba do Norte, to the Rio de Janeiro newspaper *O Apostolo*. The aim is to illustrate that the province did not remain indifferent to the episcopal-masonic conflict (1872-1875) that was taking place in the country, as well as to highlight the role of the press as an important vehicle for giving voice, or amplifying it, to various groups and individuals. In the end, we used the methodological contributions of Barros (2022), Luca (2008) and Zicman (2012), as well as a certain dialog with the Cultural History of Religions.

**Keywords:** Ultramontanism. Parahyba do Norte. Press.

## Introdução

A Questão Religiosa, conforme interpretação clássica, se desenrolou entre os anos de 1872 a 1875 e, por suas proporções, se consagrou como a mais grave e concreta querela entre as esferas temporal e espiritual que se tem conhecimento na história do Brasil. Contudo, apesar da vasta literatura publicada a seu respeito, muitos elementos a ela relacionados ainda estão por ser descobertos ou melhor analisados, a partir de novas fontes encontradas ou pela expansão teórico-metodológica da disciplina histórica (Malerba, 2006, p. 15). Uma vez que foi um largo conflito, que repercutiu sobre todo o território nacional, despertou as paixões de seus contemporâneos e pôs em escrutínio a própria estabilidade do edifício monárquico.

Em síntese, por ter envolvido questões de iminente importância social, política e religiosa, como os conceitos de soberania e consciência, manipulados em favor de cada perspectiva. Desde o início dessa confusão também conhecida como a Questão dos Bispos, com D. Pedro Maria de Lacerda, no Rio de Janeiro, até atingir seu ápice com o julgamento, condenação e prisão de D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, da diocese de Olinda, e D. Antonio de Macedo Costa, da diocese do Pará. Por terem agido contra ou interferido no poder temporal, na busca de eliminar a coabitação maçônica no seio religioso, segundo o Governo Imperial, perpassado de influências regalistas e/ou liberais.

Não à toa, inúmeras obras foram construídas a partir de pesquisas dedicadas a compreender o conflito, enquanto circunscrito em uma parte dos anos 1870. Tendo uma grande parcela posições claramente definidas, seja do lado ultramontano, seja do lado regalista ou liberal. Especialmente, aquelas que foram escritas próximas aos acontecimentos, até mesmo por figuras envolvidas neles, como D. Macedo, o Barão de Penedo e Rui Barbosa.

Todavia, aquilo que parece ser consenso entre elas é o papel desenvolvido pela imprensa no desenrolar do confronto, superficialmente, entre Igreja e Maçonaria. Na medida em que ela o deu cor, pela polêmica; polarizou os lados, por comentários enfáticos e audaciosos; e impediu que o debate se desse apenas em meios jurídicos e institucionais (Santos, 2022, p. 35-36). Sem se balizar somente como um recurso informacional, preocupado em noticiar a verdade, mas também como um instrumento de comunicação, passível a transmitir valores, ideias e opiniões, e de interesses particulares (Barros, 2022, p. 590. Luca, 2008, p. 140).

Muitos jornais foram os responsáveis por arquitetar imagens sobre as personagens envolvidas, ou não, no episódio e a incitar ataques físicos àqueles que se posicionavam de modo contrário. Inclusive, a atentados contra a vida de jornalistas, colegas de profissão (Ramiro Júnior, 2014, p. 19). Como se transformaram, ademais, em verdadeiros apetrechos de “guerra” para os grupos abrangidos exporem sua visão de mundo e desferir ataques.

Munidos, em grande medida, de materiais advindos do público, de norte a sul do Império, como afirmara João Dornas Filho (1938, p. 146). Especialmente, as correspondências de seus leitores, com o objetivo de informar, na maioria dos casos, o que acontecia ao seu redor, em determinada região, e qual era o seu posicionamento frente a eles. E é nesse sentido, portanto, que se insere as cartas do padre parahybano Joaquim Victor Pereira (?-1881) ao *O Apostolo*, do Rio de Janeiro – objeto-alvo desta análise.

Uma fonte, a propósito, ainda pouco explorada pelos historiadores que fabricam a sua história por meio da imprensa. Inversamente proporcional ao valor dessa seção jornalística que, apesar de poder sofrer sanções, se constitui em um espaço privilegiado para se apreender o ponto de vista de anônimos, da massa, de muitos que não teriam voz, se não desse modo, sobre vários eventos. A sua mentalidade ou parte da de seu grupo. Basile (1996) parece ter sido, até então, um dos únicos que deram atenção a essa joia esquecida à atividade historiográfica.

Dessa maneira, com o tratamento qualitativo de tal aparato material, ancorado em autores como José d’Assunção Barros (2022), Tania Regina de Luca (2008) e Renée Barata Zicman (2012), e certo diálogo com a História Cultural das Religiões, este trabalho procura analisar essas correspondências. Ao passo que entende, com esses pesquisadores, que os jornais são fontes que, particularmente, precisam tomadas como despreocupadas com o real e a verdade, com fins e interesses ocultos. Em razão disso, exigem uma abordagem crítica e contextualizada, serem vistos como produtos de seu tempo e terem, na medida do possível, as suas notícias comparadas e trianguladas com demais informações (outros documentos da época e sua bibliografia).

Mormente, com fins de aqui destacar que a pequena e periférica província da Parahyba do Norte não permaneceu indiferente ao conflito episcopo-macônico que ocorria no país, como até pouco tempo poderia se entrever. De modo particular, pela falta de trabalhos locais que tratassem dessa temática. Além de reafirmar, em consonância a uma vasta literatura especializada, o papel da imprensa como um importante veículo de voz, ou sua amplificação, a diversos grupos e indivíduos.

### Retratos: *O Apostolo* e o padre Joaquim Victor Pereira

Em sintonia com as proposições interpretativas da História Cultural das Religiões, a religião, como qualquer outra área, não pode ser desvinculada de um contexto (Agnolin, 2013). De tal modo, estudar aspectos da chamada Questão Religiosa também não pode ser de forma isolada, até porque esse episódio dramático possui inúmeras relações com outras esferas. Como não surgiu *ex nihilo*, mas possuía raízes que poderiam remontar a Portugal, aos tempos coloniais. Onde datam as heranças nacionais de um catolicismo heterodoxo e uma maneira de se relacionar Estado e Igreja: o chamado Padroado, já desvirtuado de seu sentido primeiro.

Cientes disso, e para não recuperar informações que permeiam as tantas páginas publicadas sobre essa temática, é importante, nesse interim, buscar compreender aquilo que permeia as fontes aqui utilizadas. Dado que os escritos, os textos que se encontram transcritos nos periódicos são apenas a parte final de toda uma operação. Tal como ensinara Michel de Certeau (1982), quando tratou do processo de fabricação da história, e pode auxiliar a compreender esse material, operado para dar fundamento a este trabalho.

Ou seja, apreender que, mesmo involuntariamente, os periódicos não são lugares neutros e abarcam um espectro de questões, muitas vezes não evidentes por uma leitura ingênua sobre eles (Barros, 2022). As quais antecedem e propiciam o desenvolvimento do escrito tal como se pôde encontrar publicado. Por isso, assim afirmou René Barata Zicman (2012, p. 90) e, aqui, merece ser transcrito:

a Imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita – mas antes o que chamamos História Através da Imprensa – está-se sempre “esbarrando” nela, pela necessidade de historicizar os jornais.

Caso contrário, como discutia José d’Assunção Barros (2022, p. 593), seria impossível tornar os jornais objetos da historiografia, tampouco os utilizar como fonte. É preciso, minimamente, perceber toda uma maquinaria que os circunscreve: quê/quem está por trás, quê/quem está dentro e quê/quem está na frente deles. Isto é, os editores, a empresa; o estilo de publicação e informações, as principais colunas; a audiência, o público-alvo (Zicman, 2012, p. 92).

Logo, antes de se adentrar rigorosamente à análise das correspondências do clérigo, é preciso este espaço para, de modo incipiente, procurar um breve retrato do porquê essas cartas foram

publicadas, dentre mais, em um periódico tão distante de seu remetente. O que o motivou a enviar tais textos? Qual era o seu posicionamento do jornal frente à Questão Religiosa? Quem eram as pessoas que liam tais matérias?

Assim sendo, o jornal que deu suporte aos escritos do padre foi *O Apostolo*, do Rio de Janeiro. Periódico publicado entre os anos de 1866 a 1901 e, consoante o seu frontispício, “religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade”. O qual foi impresso em alguns lugares da Corte e tinha, no período aqui analisado, periodicidade de duas vezes na semana (1873-1874), até se tornar diário (1875-1878) e, depois, começar a reduzir a frequência. Com as suas publicações sob os auspícios da então diocese de São Sebastião.

Figura 1: Recorte do jornal *O Apostolo*



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (1873)

Foi um impresso ultramontano de demasiado destaque no que tange às discussões sobre a Questão dos Bispos. Disponibilizado na sede administrativa do Império e nas outras províncias, sem nunca se furtar da decisão de criticar as relações regalistas que acometiam a Igreja e o Estado, apesar de não “defender a laicidade [...] – tomada como imoral e por vezes como defesa do ateísmo” (Barros, 2022, p. 27). A contenda oitocentista supracitada, dele, recebeu um grande destaque e, por isso, se tornou, possivelmente, o maior porta-voz do ultramontanismo no Brasil, na esfera periódica. Com um público católico, por obviedade, que sempre contribuía para a continuidade de sua publicação.

Destarte, eis o porquê de o sacerdote ter suas cartas nele publicadas. Aliado ao fato de que, em conformidade às suas próprias palavras (*O Apostolo*, 18/10/1874), não existia um só jornal que se fizesse aliado à causa da Igreja na província da Parahyba, ao menos, no início. Nem mesmo os que tinham padres como editores ou redatores, como o *Jornal da Parahyba* e *O Publicador*. Mas contrários, como *O Despertador*, que não perdia ocasiões de reproduzir *Ganganelladas* ou *Tavoradas*, e o *Correio Noticioso*, do qual ele não chegou a comentar.

Não obstante, pouco se saber da biografia do sacerdote, e apenas ser possível entrever o seu espírito ultramontano frente às suas correspondências. Foi um padre-mestre, o primeiro diretor do Collegio de Educandos Artificies (1865-1868) e deputado provincial pela 17<sup>a</sup>. legislatura, de 1868 a 1869 (*O Publicador*, 15/12/1865. Mariz, 1987, p. 47). Falecido em fins de 1881, depois de ter sido acometido por um ataque de apoplexia/paralisia, e socorrido na Santa Casa de Misericórdia (*O Apostolo*, 04/11/1881. *O Apostolo*, 29/05/1881). Sem data de nascimento ou de ordenação ainda conhecidas, filho de Antonio Victor Pereira e irmão, ao menos, do Major José Rufino Victor Pereira, Ismael Victor Pereira e Theresa Carolina de Jesus Victor.

### **Correspondências: conteúdo e análise das cartas do padre Joaquim Victor Pereira**

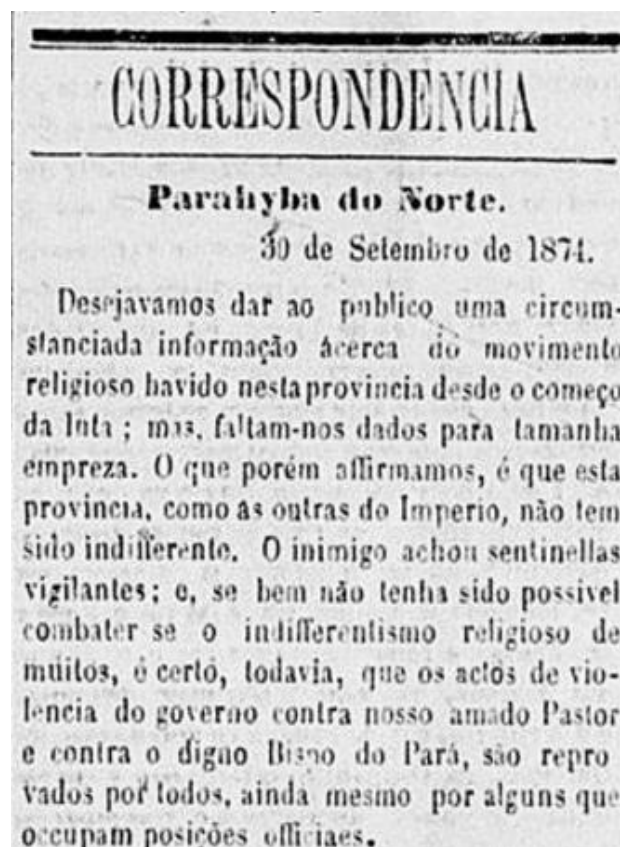
Apesar da falta de dados sobre a pessoa do clérigo, de seu convívio mais próximo e das suas áreas de atuação, a quantidade de informações que ele legou, mediante suas cartas, à história da Parahyba (especialmente no tocante à Questão Religiosa) parece compensar um pouco. Embora, muito provavelmente, nem pensasse que um dia seus escritos seriam lidos fora de sua época e, ademais, tivessem tamanha contribuição para se entender a repercussão de um episódio. Ainda que, em suas palavras, desejasse “dar ao publico uma circunstanciada informação acerca do movimento religioso havido nesta provincia desde o começo da luta” (*O Apostolo*, 18/12/1874).

Até porque, semelhante àquilo que parece ser uma característica frequente dessas seções, o nome do padre não era divulgado no periódico como correspondente. Somente o foi, como o de outros colegas, depois de alguns anos, após a instauração do conflito ou mesmo o seu fim, de acordo com a periodização clássica dessa rixa (*O Apostolo*, 09/12/1876). O que pode ter contribuído, em alguma medida, na forma com que escreveu, despreocupado. Ainda que não

seja possível afirmar, com total certeza, que ele foi o responsável por todas as declarações, mas tudo leva a crer que sim: o estilo das cartas, ao menos, entre 1874 e 1876 parece se manter igual.

De pena aguçada, algo que não era anômalo aos seus contemporâneos, o sacerdote se mostrava um invicto defensor da fé, da reta doutrina, da ortodoxia. Como se demonstrou um desejo, uma preocupação dos ultramontanos. A cada relato sobre os fatos que se sucediam na província, ele deixava um comentário, a sua interpretação. Costumeiramente, com ataques aos seus “adversários” nessa batalha, já que o país vivenciava um verdadeiro estado de guerra civil, segundo leitura de Dornas Filho (1938, p. 31). Sem ser essas, porém, ações desferidas apenas por esse tipo específico de católico: os maçons ou simpáticos à instituição maçônica também não deixavam barato – se se utilizar de linguagem coloquial – e manuseavam essas artimanhas em retaguarda, quando não eram eles próprios que iniciavam alguma discussão mais acalorada.

**Figura 2:** Recorte de uma das correspondências do padre Joaquim Victor Pereira



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (1874)

Na primeira correspondência que tratou sobre o impacto da Questão Religiosa na província, o padre já construíra representações sobre os seus e os *outros*. Algo que ele continuaria a fazer ou transcrever em, praticamente, todas as suas cartas. Pois, apenas a título de citação, o inimigo tentava destruir a Igreja, mas havia encontrado defensores da fé, sentinelas vigilantes. Se havia indiferentismo de muitos, dizia ele, reprovavam todos “os actos de violencia do governo contra nosso amado Pastor [D. Vital] e contra o digno Bispo do Pará [D. Macedo Costa]” (*O Apostolo*, 18/10/1874).

Ainda que os políticos parahybanos, fora o Conselheiro Silveira Lobo, filho da terra, não fossem exemplos disso. Uma vez que se portavam calados, diante dos abusos do poder temporal para com a Igreja no Brasil, em conformidade à sua interpretação. Uma falta “sem duvida aos seus deveres de representantes da provincia [...]; porquanto, receberam mandato de pessoas cujos sentimentos catholicos não se atravessão a contestar, e, por consequencia, não poderiam impor-se ao silencio [...], sem trahirem ao mandato” (*O Apostolo*, 18/10/1874).

Justamente porque o Governo, em suas diversas instâncias, não escapou de suas críticas. Com menor quantidade de represálias apenas a D. Pedro II, porque, no fundo, o ultramontanismo não queria a destituição da Coroa. O próprio monarca um dia teria favorecido o desenvolvimento dessa corrente de pensamento, aliás. Porém, queriam ver eles a Igreja livre das amarras que o padroado régio – diferente daquele que a instituição eclesiástica havia permitido ou tolerado –, especialmente com os auspícios da Constituição de 1824, a colocava.

Assim como seus juízos eram também direcionados aos seus irmãos no sacerdócio. Àqueles clérigos que não se portavam conforme às exigências da ortodoxia, mas tinham certos flertes com o catolicismo liberal. A exemplo do padre Lindolfo José Correia das Neves, de quem não poupava nenhum pouco, como fizeram os próprios membros da maçonaria, visto que ele parecia ostentar-se “como o maior inimigo da Religião”, era “accusador contra seus irmãos de habito [os jesuitas]” (*O Apostolo*, 14/01/1875. *O Apostolo*, 10/12/1875).

Em compensação à defesa que empregou, em diversas ocasiões, a outros clérigos. Um deles, o padre Frederico de Almeida e Albuquerque Mello, da cidade de Mamanguape, um alvo constante dos maçons, inclusive nos periódicos. Digno Ministro de Cristo e uma das primeiras vítimas da maçonaria, em suas palavras, sendo citado em diversas ocasiões turbulentas naquela urbe. Sobretudo, por conta daqueles “velhacos”, como chamou o padre Joaquim os maçons que

havia erigido, naquela região, uma loja maçônica por ganância, um “fóco de pestilencia” (*O Apostolo*, 18/10/1874).

Ou, ainda, os padres Calixto Correa Nobrega, de Campina Grande, e Antonio Maria Ibiapina, missionário nos sertões do atual Nordeste brasileiro. Uma vez que foram acusados, por setores do Governo e maçons, de serem os “cabeças”, os mandantes da sedição de Quebra-quilos – que ele não concordava. Uma revolta popular, assimétrica em suas motivações, de causas sociais e religiosas, sem que haja um consenso historiográfico a seu respeito.

Porém, nos três casos, tendo os representados como espécies de herói, nas correspondências. Defensores firmes do catolicismo, como era o próprio povo parahybano, especialmente de Mamanguape, que chegou a embates físicos para defender o seu vigário dos adeptos do “maçonismo”. Em um evento que, a propósito, ficou conhecido como um ensaio “para uma noite de S. Bartholomeu”, pela análise de jornais maçônicos (*Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, 1873).

Atos penitenciais e de louvor, procissões, os sentimentos do povo, as consagrações de igrejas ao Sagrado Coração de Jesus – devoção implementada, no Brasil, pelos jesuítas. Tudo isso, o sacerdote procurava noticiar. Principalmente, com o objetivo de destacar o envolvimento dos parahybanos, como todos os demais membros do Império brasileiro, nesse conflito de caráter nacional (*O Apostolo*, 18/10/1874). Pois quando, no auge, os tão conhecidos bispos foram encarcerados, a Parahyba chorou “dia e noite, como pobre orphã, batida e açoutada da inundação de suas lagrimas pela injusta prisão de seu glorioso martyr e pai espiritual e exímio Bispo D. Vital” (*O Apostolo*, 25/08/1875). Quando foram libertos, celebrou jubilosa, com um magnifico *Te-Deum*, na capital (*O Apostolo*, 10/12/1875).

Do mesmo modo como ele continuou a corresponder-se com o jornal nos anos seguintes à data oficial do fim da querela. Já que as tensões permaneceram por um longo período nos periódicos, com ataques de ambos os lados. Um exemplo é o *Diario de Pernambuco*, que manteve publicações contra os jesuítas, tidos como sinônimo de ultramontanos (Nascimento, 1968). Outro, o do próprio padre parahybano, ao comentar sobre a recente fundação de uma loja na província, a *Vigilancia e Segredo*, como uma provocação (*O Apostolo*, 19/11/1875).

Entretanto, se, a bem da verdade, seus escritos não se encerraram tão somente com a temática da Questão Religiosa, ao expor discussões políticas e o estado da província, é inegável o quanto

merece atenção esse aspecto. Deve-se destacar, antes de encerrar este trabalho. Sobremaneira, por permitir a visualização de uma nova interpretação, dado que as cartas do sacerdote são, ao que tudo indica, até então, os únicos materiais de caráter ultramontano que tratam da Parahyba conservados.

Sua importância se apresenta na comprovação e reafirmação, depois da leitura de outras fontes do espectro maçônico, as quais também são poucas, de que a província não ficou indiferente ao conflito, com “representantes” dos dois lados. Permitindo, ainda, a possibilidade de se tentar compreender o pensamento de um grupo; a polarização; a retórica utilizada; a confrontação de ideias e as imagens criadas por alguns indivíduos, que poderiam ter sido perdidos nas brumas do tempo. A percepção de que a história local, o interior, não se encontra totalmente dissociado de histórias “maiores”, do nacional, apesar de suas singularidades.

### Considerações finais

A Questão Religiosa foi um acontecimento *sui generis* na história brasileira, amplamente discutido em livros e mais livros a ele dedicados. No entanto, sempre há a possibilidade de se encontrar novos elementos de análise, mesmo nos temas mais pesquisados. Aqui, isso se deu a partir das correspondências de um sacerdote ultramontano da Parahyba do Norte ao jornal *O Apostolo*, do Rio de Janeiro.

Este estudo frente às informações fornecidas pelo padre Joaquim Victor Pereira evidencia a participação ativa, à sua maneira, da província no contexto da Questão dos Bispos, um conflito de dimensão nacional e relações transnacionais que envolveu diversas questões e querelas entre a Igreja e o Estado, no Brasil, tradicionalmente entre os anos de 1872 e 1875. De modo que se torna visível a percepção de toda uma repercussão que esse embate teve no interior do Império, fora dos epicentros. No caso, na pequena Parahyba do Norte, e não apenas pelas afirmações comprobatórias de um padre da época; mas também, por suas cartas, ser possível avistar que houve muitos conflitos, inclusive evoluídos a embates físicos. Ataques direcionados dos dois lados. Como, ainda, se demonstrou que o povo se manteve atento aos acontecimentos nacionais, que houve ultramontanos e maçons na província.

Ademais, amparado em ampla bibliografia, foi possível perceber, por ele, o papel da imprensa no confronto. Algo que ficou bastante claro, sobretudo, ao se observar como a voz de um padre parahybano praticamente desconhecido, à grande maioria das pessoas de fora da província e até na contemporaneidade (em face dos poucos documentos disponíveis sobre sua pessoa), pôde ser amplificada a todo um país. E, assim, ter podido apresentar suas ideias e o que acontecia na sua região, defender os seus posicionamentos e os seus companheiros de diversos achaques. Ao passo que revelava o caráter periódico: menos vinculado à necessidade de apenas noticiar e mais à ideia de comunicar, de ser uma ferramenta ativa na formação de um campo ideológico, ajudando a consolidar e difundir as visões dos grupos envolvidos.

Afinal, tornando-se claro neste texto que a província, como outros lugares menores, pode também ser entendida como um dos microcosmos da luta que ocorria em todo o Império, com suas especificidades e semelhanças. Na mesma medida em que se espera, no fim das contas, que esta investigação convide novos estudos a explorarem as múltiplas camadas da história desse confronto, ampliando o entendimento de como a religião, a política, a imprensa e demais áreas podem se entrelaçar em diversas realidades, pelo olhar da história local.

## Referências

### 1 Fontes Impressas:

#### Boletim e Jornais

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL, Rio de Janeiro – 1873.

O APOSTOLO, Rio de Janeiro – 1873-1881.

O PUBLICADOR, Parahyba – 1865.

### 2 Bibliografia:

AGNOLIN, Adone. **História das religiões: perspectiva histórico-comparada.** São Paulo: Paulinas, 2013.

BARROS, José D' Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **História Unisinos**, [S. l.], v. 26, n. 3, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/21514/60749274> Acesso em 29 abr. 2024.

BARROS, Raphael Garcia Pinto. **Em defesa de Igreja Católica Apostólica Romana: linguagem política católica e conservadora no jornal “O Apóstolo” (1866-1876).** 2022. 101f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. **A cidadania emergente e o avesso da civilização e da ordem: problemas cotidianos urbanos e clamor público na Corte do Rio de Janeiro (1840-1850).** 1996. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

CERTAU, Michel de. **A escrita da história.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DORNAS FILHO, João. **O padroado e a igreja brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.

MARIZ, Celso. **Memória da assembléia legislativa.** Aumentada e atualizada por Deudesdit Leitão. João Pessoa: [S. l.], 1987.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. I – Diário de Pernambuco. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira dos. **O sofisma do império**. 1. ed. Garibaldi: Clube Rebouças, 2022.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, [S. l.], v. 4, p. 89-102. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 29 abr. 2024.

Recebido em 2024-09-25

Revisado em 2024-12-04

Aprovado em 2024-12-17

Publicado em 2024-12-31